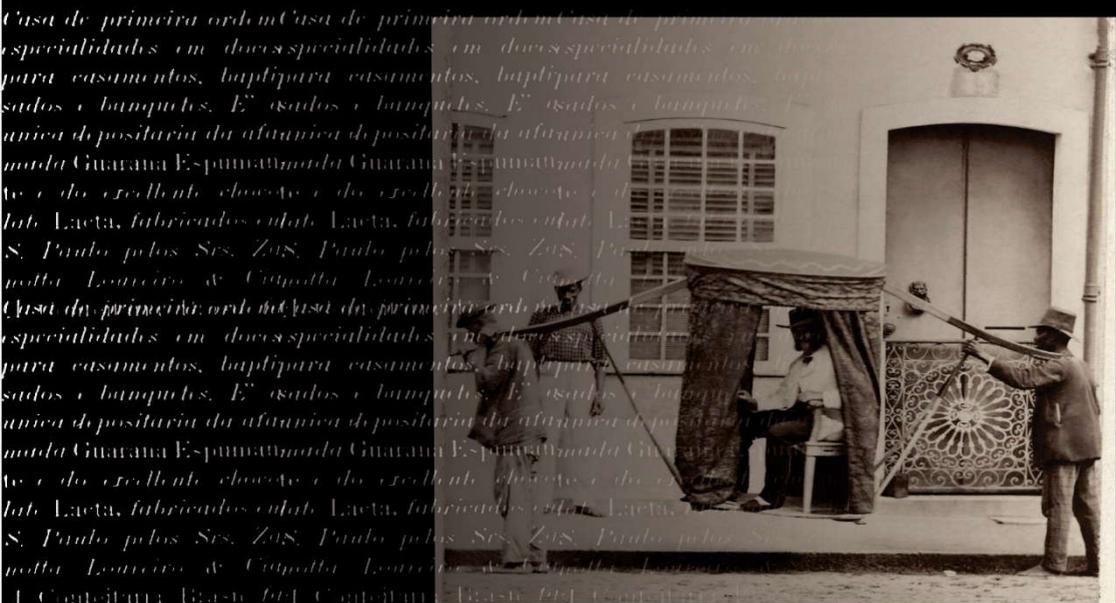




História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



**Dossiê: História e Historiografia da Escravidão
Negra no Brasil**



**Obra publicada pela Universidade
Federal de Pelotas**

Reitor
Pedro Rodrigues Curi Hallal
Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral
Direção de Gabinetes da Reitoria
Paulo Roberto Ferreira Júnior
Pró-Reitora de Ensino
Maria de Fátima Cossio
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação
Flávio Fernando Demarco
Pró-Reitora de Extensão e Cultura
Francisca Ferreira Michelon
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Mário Renato de Azevedo Jr.
Pró-Reitor Administrativo
Ricardo Hartlebem Peter
Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação
Julio Carlos Balzano de Mattos
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento
Otávio Martins Peres
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Sérgio Batista Christino

Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial
Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira Ourique
Repr. das Engenharias e Computação: Darci Alberto Gatto
Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto Mello Garcia e
Marines Garcia (suplente)
Repr. das Ciências da Saúde: Francisco Augusto Burkert Del
Pino e Claiton Leoneti Lencina (suplente)
Repr. das Ciências Agrônomicas: Cesar Valmor Rombaldi,
Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti (suplente)
e Fabrício de Vargas Arigony Braga (suplente)
Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da Silva e Cláudio
Baptista Carle (suplente)
Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla Rodrigues Gastaud
Repr. das Linguagens e Artes: Josias Percira da Silva e Eleonora
Campos da Motta Santos (suplente)

Instituto de Ciências Humanas
Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres
Vice-Diretora: Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Ana
Loner*

Coordenadora:
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Membros do NDH:
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:
Paulo Luiz Crizel Koschier

História em Revista – Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica

Comissão Editorial:
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)
Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)
Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFMS)
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Jonas Moreira Vargas | Paulo Roberto Staudt
Moreira | Caiuá Cardoso Al-Alam
Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier
Capa: Alberto Henschel, **Escravos transportando
homem numa liteira**. Salvador, c.1869. Acervo Instituto
Moreira Sales.

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |
Fone/fax: (53)3227 8411
e-mail: editora@ufpel.edu.br

Edição: 2018/2
ISSN – 1516-2095

Dados de catalogação na fonte:
Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
v.24/2, (mar. 2019). – Pelotas: Editora da
UFPel, 2019.
1v.

Semestral
ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

**Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas
Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>
e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** Obra publicada em março de 2019**



Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo
informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas
contidas no presente volume.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUCTION

Jonas Moreira Vargas | Paulo Roberto Staudt Moreira | Caiuá
Cardoso Al-Alam 05

O 13 DE MAIO NOS RELATOS DO IMPRESSO NEGRO PELOTENSE A ALVORADA (1931-1935)

THE 13TH OF MAY IN THE REPORTS OF THE BLACK PELOTENSE'S
PRINT A ALVORADA (1931-1935) 09
Ângela Pereira Oliveira Balladares

A ESCRAVIDÃO NO ARRAIAL DO TEJUCO (1731-1733): ENSAIO ACERCA DA DINÂMICA SOCIAL E HIERARQUIZAÇÃO, SOB A ÓTICA DOS REGISTROS BATISMAIS

SLAVERY IN THE ARRAIAL DO TEJUCO (1731-1733): ESSAY ON
SOCIAL DYNAMICS AND HIERARCHY, FROM THE PERSPECTIVE OF
BAPTISMAL REGISTERS 38
Ane Caroline Câmara Pimenta | Elaine Leonara de Vargas Sodré

MARGENS DE LIBERDADE: CONTROLE E AUTONOMIA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA ESCRAVIDÃO EM JAGUARÃO (1870-1888)

MARGINS OF FREEDOM: CONTROL AN AUTONOMY IN THE LAST
DECADES OF SLAVERY IN JAGUARÃO (1870-1888) 65
Matheus Batalha Bom

DE EUZÉBIO ESCRAVO, FILHO DA PRETA NAGÔ ÂNGELA, A EUZÉBIO BARCELLOS LIBERTO: PROJETOS DE LIBERDADE NA COMUNIDADE ESCRAVA DO COMENDADOR CIPRIANO RODRIGUES BARCELLOS

OF EUZÉBIO SLAVE, SON OF BLACK NAGÔ ÂNGELA, TO EUZÉBIO
BARCIELOS FREED SLAVE: DESIGNS OF FREEDON IN THE
COMMUNITY SLAVE OF CENDER CIPRIANO RODRIGUES BARCELLOS 85
Natália Garcia Pinto

**MANIPANÇOS, FEITIÇARIAS, ALCORÕES: AFRICANOS
MUÇULMANOS NO BRASIL MERIDIONAL (PORTO ALEGRE,
SÉCULO XIX)**

MANIPANÇOS, SORCERY, QURAN: MUSLIM AFRICANS IN SOUTHERN
BRAZIL (PORTO ALEGRE, 19TH CENTURY)

Paulo Roberto Staudt Moreira 107

**ENTRE A PERMISSÃO E A PROIBIÇÃO: BATUQUES, DANÇAS E
CONFLITOS NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO DURANTE O
SÉCULO XVIII**

BETWEEN PERMISSION AND BAN: BATUQUES, DANCES AND
CONFLICTS IN PERNAMBUCO CAPTAINCY DURING THE EIGHTEENTH
CENTURY

Josinaldo Sousa de Queiroz | Priscila Gusmão de Andrade 141

“É UMA NEGRA FEITICEIRA, MULHER RUIM”: RELAÇÕES DE
GÊNERO, RAÇA E MASCULINIDADE. ANÁLISE DE UM PROCESSO-
CRIME, 1918 (SANTA MARIA –RS)

"SHE IS A BLACK SORCERESS, A BAD WOMAN": RELATIONS OF
GENDER, RACE AND MASCULINITY. ANALYSIS OF A CRIMINAL
PROCESS, 1918 (SANTA MARIA -RS)

Lisiane Ribas Cruz | Priscilla Almaleh 163

**O PROTAGONISMO FEMININO NO CENTRO ABOLICIONISTA E
NAS FESTAS DA ABOLIÇÃO EM PORTO ALEGRE (RS/ SEC. XIX)**

THE FEMALE PROTAGONISM ON ABOLITIONIST CENTER AND ON
ABOLITION PARTIES IN PORTO ALEGRE (RS/ 19TH CENTURY)

Tuane Ludwig Dihl 192

O PROTAGONISMO FEMININO NO CENTRO ABOLICIONISTA E NAS FESTAS DA ABOLIÇÃO EM PORTO ALEGRE (RS/ SEC. XIX)

THE FEMALE PROTAGONISM ON ABOLITIONIST CENTER AND ON
ABOLITION PARTIES IN PORTO ALEGRE (RS/ 19TH CENTURY)

Tuane Ludwig Dihl¹

Resumo: Este artigo pretende questionar a memória oficial do abolicionismo porto-alegrense contida no *Livro de atas do Centro Abolicionista* e no *Livro de Ouro*, na qual homens da elite política e econômica colocaram-se como os únicos protagonistas da emancipação dos escravos. Desse modo, o objetivo é descrever e discutir a ação feminina nas *comissões libertadoras* do Centro Abolicionista e na organização de uma quermesse para as *festas pela abolição*, a partir dessas fontes oficiais e da imprensa, mas problematizando sua lógica, colocando as mulheres também no centro desses processos. Essas jovens senhoras, muitas vezes filhas e esposas de integrantes do Centro Abolicionista, observadas as questões de gênero, foram tão ativas quanto eles no movimento. Contudo, diferente das ações masculinas que eram encaradas como politizadas, as delas eram reduzidas à generosidade, ao espírito humanitário e a uma presença consentida.

Palavras-chaves: Mulheres; Centro Abolicionista; Abolicionismo.

Introdução

A combinação de ações parlamentares com campanha pública por meio de jornais, panfletos, associações e *meetings*, foi a forma que o abolicionismo assumiu no Brasil a partir da década de 1880. Essa fórmula, por sua vez, comportava elementos do modelo abolicionista anglo-americano, importado pelos abolicionistas brasileiros a partir de conexões vivenciadas diretamente por meio de encontros, congressos, correspondências e viagens particulares ao estrangeiro; ou indiretamente, através de relatos orais e escritos (AZEVEDO, 1996, p.156).

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Bolsista CAPES/ PROSUC. E-mail: tuane.ludwig.dihl@hotmail.com.

Apesar da influência dessa rede abolicionista transatlântica², integrou-se aqui um elemento peculiar à campanha pelo fim da escravidão: a arte (ALONSO, 2012). José do Patrocínio, André Rebouças³ e outros ativistas da Corte organizavam as chamadas *conferências-concertos*, que adquiriram inúmeras variações nas diferentes províncias do país. Tais eventos eram um “misto de espetáculo e comício, estratégia de persuasão e de financiamento”, ocorriam nos teatros, tinham um ou dois oradores, eram regadas a músicas e encerradas com a entrega de alforrias (ALONSO, 2012, p.105).

Os abolicionistas porto-alegrenses igualmente buscaram conciliar festa e propaganda, tomando conta dos espaços públicos da capital, como as ruas, as praças e, em especial, o Teatro São Pedro. Aqui, além da imprensa e das sociedades abolicionistas, o chamado Centro Abolicionista tratou de se colocar na vanguarda do movimento da capital sul-rio-grandense. A instituição promoveu inúmeras ações e festividades permeadas por símbolos e documentos que legaram à posteridade uma versão sobre seu protagonismo na abolição de Porto Alegre. O *Livro de atas do Centro Abolicionista* e o *Livro de Ouro* são as principais fontes históricas que guardam essa memória, ambos encontram-se sobre a guarda do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Velinho (AHPAMV).

No primeiro dos referidos manuscritos encontram-se registradas algumas das ações abolicionistas do grupo, a forma como se organizavam, além de dados sobre sua gestão e seus integrantes. Tudo isso no formato de uma

² As perspectivas transatlânticas vêm crescendo nos estudos historiográficos de modo geral. Segundo David Armitage (2014), o interesse pelo Atlântico, apesar de existir desde o século XIX, somente na última década é que emergiu como uma espécie de subcampo na História. Esse autor, ao fazer uma análise da genealogia e da anatomia da História Atlântica, propôs uma tipologia tripla para ela: História circum-atlântica, trans-atlântica e cis-atlântica. Cada uma delas privilegia abordagens e objetos diferentes a partir do atlântico. De forma resumida, a primeira propõe o estudo dos produtos e dos habitantes em torno do oceano, a segunda debruça-se sobre comparações entre diferentes sociedades oriundas da experiência do atlântico, e a terceira parte da história de qualquer lugar particular em relação ao mundo atlântico mais vasto. De acordo com o autor, os modelos não são excludentes, mas se reforçam. (ARMITAGE, 2014, p.215)

³ Sobre as relações sociais e abolicionistas entre esses dois intelectuais negros ver: PINTO, 2014.

narrativa linear e gloriosa sobre todo o processo que lideraram e que culminou na emancipação dos escravos de Porto Alegre em 7 de setembro de 1884, cerca de quatro anos antes da lei nacional que aboliu definitivamente o cativeiro. Justamente durante as festividades ocorridas nessa data oficial – as que estudaremos no decorrer do artigo – é que o *Livro de Atas* foi entregue à Câmara Municipal, tendo sido elaborado pelo secretário do Centro Abolicionista, Joaquim Torres Homem⁴. No que tange ao *Livro de Ouro*, este foi criado em 1º de março de 1884 por uma deliberação unânime da Câmara Municipal, com a finalidade de registrar os nomes dos cidadãos e das corporações que mais contribuíram para a completa obra da emancipação. Na primeira das 150 páginas que o integra, salienta-se que o destaque especial deveria ser dado ao nome daqueles que “espontaneamente e independente de ônus libertaram seus escravos” (AHPAMV – Câmara Municipal de Porto Alegre – Livro de assuntos diversos nº1).

Ambas as fontes, além de destacarem o protagonismo do próprio Centro Abolicionista e seus membros, também o fazem em relação a outras personalidades da elite econômica e política da província. Analisando também esses documentos, Paulo Moreira (2003) e Maria Angélica Zubaran (2012) os identificaram como aqueles que comportam uma história oficial da abolição em Porto Alegre, assim como os que guardam uma memória social desse fato. Segundo o mencionado autor, o *Livro de atas do Centro Abolicionista* e o *Livro de Ouro* trazem uma “narrativa cronologicamente linear e aparentemente abrangente dos passos do movimento emancipacionista”, enaltecendo algumas figuras da época (políticos e grandes negociantes), desprezando outras (como Apolinário Porto Alegre) e excluindo os escravos do processo de suas libertações (MOREIRA, 2003, p.170-171). Na mesma linha, Zubaran argumenta que essas fontes produziram um discurso do abolicionismo regional que omitiu a participação dos africanos e negros no movimento, tanto das sociedades abolicionistas negras (Confraria Nossa Senhora do Rosário, Sociedade

⁴ Joaquim Salles Torres Homem era militar, nasceu no Rio de Janeiro em 1851, falecendo na mesma cidade em 1920. Casou com Laura Luciana Torres e foi diretor da Colônia Militar de Foz do Iguazu (1897 a 1898). No mesmo ano da extinção dessa Colônia Militar, 1912, foi promovido a general (FREITAG, 2007, p. 195/195; MOREIRA, 2003).

Beneficente Cultural Floresta Aurora e a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade) como das lideranças afro-gaúchas (Soter Caio da Silva e Aurélio Viríssimo de Bittencourt) (ZUBARAN, 2012, p. 3-4).

No *Livro de Atas do Centro Abolicionista* e no *Livro de Ouro*, entre os incontáveis nomes masculinos, encontramos 22 mulheres identificadas como integrantes do Centro Abolicionista e contribuintes de suas atividades. Elas, assim como os segmentos negros, também tiveram sua participação no abolicionismo diminuída e esvaziada de significado político. Afinal, a versão que se desprende das referidas fontes é estritamente masculina, uma vez que se tratam de registros formulados e forjados por homens, para visibilizarem seus próprios protagonismos. Dessa forma, neste artigo propomos descrever e discutir a ação feminina nas *comissões libertadoras* do Centro Abolicionista e na organização das festas pela abolição a partir das fontes oficiais e da imprensa, mas problematizando sua lógica, colocando as mulheres no centro desses processos.

O Centro Abolicionista e as *comissões libertadoras*

O Centro Abolicionista de Porto Alegre organizou-se oficialmente em 1883, a partir da sessão abolicionista do Partenon Literário e especialmente dos esforços de seu orador, Joaquim Torres Homem, e seu presidente, Júlio César Leal. O primeiro era ligado ao Partido Liberal e o segundo ao Conservador, ambos colaboradores das colunas do *Jornal do Comércio* onde difundiram suas ideias abolicionistas e por onde conclamaram a população para a criação do dito Centro. Aos 28 dias de setembro do ano de 1883, na sala de sessões do Partenon Literário no Teatro São Pedro, concretizou-se a formação da *nova* confederação e de sua presidência com o Coronel Joaquim Pedro Salgado. Meses depois, em 22 de novembro do mesmo ano, compôs-se o diretório e a mesa administrativa:

Foram nomeados: Coronel Joaquim Pedro Salgado, Joaquim de Sales Torres Homem, Aquiles Porto Alegre, Júlio César Leal, Aurélio Veríssimo de Bittencourt, Dr. Severino Prestes, Dr. Antônio Lara da Fontoura Palmeiro, João Fernandes Damasceno Vieira, Dr. Edmundo Palmeiro Pereira da Cunha,



Dr. Joaquim Pedro Soares, Sóter Caio da Silva, Dr. Artur Luiz Cadaval, João Duval, Inácio Vasconcelos Ferreira, João Teófilo Vieira da Cunha, Norberto Antônio Vasques, Antônio Cândido da Silva Job, Leopoldo Masson, Cândido Antônio da Costa e Dr. João Luiz de Andrade Vasconcelos.

Dias depois reunidos os membros do diretório, ficou assim composta a sua mesa administrativa: Presidente - Coronel Joaquim Pedro Salgado; 1o. Secretário - Torres Homem; 2o. Secretário - Júlio César leal; Tesoureiro - Norberto Antônio Vasques. (Câmara Municipal de Porto Alegre - Livro de Assuntos Diversos no. 10 - O Centro Abolicionista à Câmara Municipal - Porto Alegre em 07 de setembro de 1884).

Esses homens provinham da elite econômica e política local e geralmente ligavam-se aos três principais partidos da época – o Liberal, o Conservador e o Republicano. Reunidos sob a mesma bandeira, buscaram garantir para si tanto a liderança no abolicionismo, como o capital simbólico intrínseco à causa dos escravos. Está claro que os membros do diretório eram exclusivamente homens, sendo que uma significativa parte daquelas 22 mulheres que identificamos anteriormente eram suas esposas ou filhas⁵. Certamente algumas delas, e até mesmo outras que não conhecemos, encontravam-se presentes nas duas sessões fundacionais do Centro Abolicionista ao acompanharem pais e maridos, contudo tal presença foi invisibilizada.

Devemos destacar que foi nesta fase a ocorrência das duas conferências abolicionistas no Teatro São Pedro. A primeira delas em 26 de abril de 1883, sob a organização do diretório do Partido Liberal, momento em que se propôs pela primeira vez a abolição imediata na capital. E a segunda, em 28 de setembro de 1883, já sob a organização do Centro Abolicionista, foi descrita como uma “imponente festa”, realizada pelo conferencista Dr. Severino Prestes com a “assistência de extraordinária multidão”. Na ocasião, conforme narrado

⁵ Sabemos dessas relações familiares pois parte da pesquisa de doutoramento da autora é compor uma cartografia social desse grupo de mulheres, assim, vem-se investigando cada uma delas individualmente. Nesse processo o método onomástico tem sido bastante útil, mesmo porque nos próprios *Livros de Ouro* e de *Atas do Centro Abolicionista* foi possível identificar similaridades entre os sobrenomes das mulheres e homens que sugerem os laços familiares entre eles. Tais pistas são verificadas a partir do cruzamento com outros documentos.

na ata de trabalho do próprio Centro Abolicionista, a Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade realizou sessões públicas de entrega de 11 alforrias. E, conforme publicado na edição do *Mercantil* do dia posterior ao evento, Joaquim Salgado, recém-eleito presidente do Centro Abolicionista, aproveitou a ocasião e libertou os 4 escravos que possuía, tendo feito isso para “bem corresponder à expectativa dos que o proclamavam”, “tendo este ato sido fervorosamente aplaudido” (*Mercantil*, Porto Alegre, 29 de setembro de 83, p.1).

Assim, desde sua criação, e ao longo do ano de 1883, tal agremiação esteve preocupada em dar visibilidade às suas ações por meio de eventos públicos, “[...] dedicou-se a uma série de manifestações de propagandas, como banquetes e discursos notáveis, mas sem grandes efeitos práticos” (MOREIRA, 2003, p.169). Apesar de terem sua presença invisibilizada durante todo esse período, sabemos que a presença de mulheres era bastante significativa não só nos eventos abolicionistas brasileiros (ALONSO, 2012; MUNIZ, MACENA, 2017; SANT’ANNA, 2006), como também de outros países, em especial da Inglaterra (MIDGLEY, 1992). Estando presentes e participativas em espaços de formulação política, defendemos que esse foi um momento de grande aprendizagem para as mulheres de modo geral, quando puderam extrapolar as dimensões políticas da casa para espaços público-políticos⁶.

Somente em 1884, então, é que o Centro Abolicionista passou a empreender ações mais concretas para a concretização do fim para que foi criado, ao formular as *comissões libertadoras*, quando nossas senhoras tornaram-se pela primeira vez visíveis nas fontes oficiais. Esse procedimento foi estabelecido pelo Centro Abolicionista em reunião no Teatro São Pedro, no dia 6 de agosto de 1884. Na mesma ocasião, estabeleceu-se o dia 7 de setembro do mesmo ano

⁶ Ao problematizar a dicotomia público/privado, María Jesus Fuente (2008) chama a atenção para necessidade de se historicizar esses conceitos, especialmente no que tange à História das Mulheres. Segundo a autora, a educação dos filhos, as tarefas da cozinha e limpeza, a mediação com os homens da família, evidenciam a confusão dessas esferas e indicam que a família e o espaço doméstico era também um espaço de poder. Além disso, para María Jesús (2008, p.83), “[...] la casa era el centro esencial desde el que se podía participar en los asuntos del mundo, aunque parte de esos asuntos solo fueran accesibles a los varones”. Assim, parte-se do princípio de que aquelas mulheres que se tornaram abolicionistas não eram ingênuas e tampouco alheias às discussões políticas da época.

como data oficial para encerrar o movimento abolicionista em Porto Alegre.

As comissões, na realidade, seriam as responsáveis por encaminhar a fase final do abolicionismo, uma vez que seu trabalho era percorrer os distritos, as freguesias e os subúrbios da capital a fim de convencer os senhores a alforriarem seus escravos.

Tabela 1: Integrantes das Comissões Libertadoras por Distritos e Freguesias

	1º Distrito	2º Distrito	3º Distrito
Sras.	Maria Luiza Fernandes Barcelos, Júlia dos Santos Lara, Maria Jesuína Gay, Maria Carlota Vieira, Clara de Abreu e Silva, Amália Haensel e Júlia Dias de Castro.	Sofia Veloso, Carolina Koseritz, Matilde Hasslocher, Julia Keller, Alfonsina dos Reis, Leopoldina Chaves e Elisa Camargo	Miguelina Werna, Margarida Salgado, Francisca de Menezes Lara, Julieta de Oliveira, Honorina de Castilhos, Cândida de Oliveira Vale e Inês Cordeiro.
Srs.	Ernesto Carneiro da Fontoura, Ramiro Fortes de Barcelos, Domingos de Souza Brito, Germano Hasslocher, Antônio de Azevedo Lima, Leopoldo Masson e Olímpio da Cunha Brochado. (7)	Vicente José de Barcelos Júnior, Edmundo da Cunha, Justino Machado da Rocha, Bernardo Figueira, Antônio Neco da Silva e João Alves Canteiro. (6)	Antônio Onofre da Fontoura, João Batista de Oliveira Vale, Miguel de Werna, José Pedro Alves, Mariano José do Canto, Júlio de Castilhos e Cândido Pacheco. (7)
Pedras Brancas			
	1º Distrito	2º Distrito	3º Distrito
Sras.	Isabel Perpétua Gonçalves de Medeiros.	-	-
Srs.	Tomas Antônio da Costa, Antônio Jardim dos Santos Mino e Francisco Pereira da Silva. (3)	José Joaquim de Souza, Malaquias Figueiró, Antônio da Silva Peixoto e Pedro Gonçalves Pires (4)	Manuel Alves Pires de Azambuja, Major Vitorino de Souza Feijó, José Carlos de Araújo Ribeiro, e Miguel

			Centeno. (4)
Freguesia de Belém			
Srs.	Serafim Francisco de Souza e Silva, Alexandre José Bernardes, Francisco Antônio de Barcelos, Francisco Pereira, Sebastião Correia da Silva, Camilo José Mendes Ribeiro e José Manuel Correia. (7)		

Fonte: Câmara Municipal de Porto Alegre - Livro de Assuntos Diversos no. 10 - O Centro Abolicionista à Câmara Municipal - Porto Alegre em 07 de setembro de 1884.

Conforme é possível visualizar na tabela acima, juntas as comissões reuniam 54 pessoas, cuja a maioria, pouco mais de 70%, era de homens. As mulheres, como já mencionamos, eram no geral as filhas e esposas de outros integrantes das ditas comissões ou membros do diretório do Centro Abolicionista⁷. Como filha e pai identificamos Maria Matilde Hasslocher e Germano Hasslocher, Amália Haensel e Frederico Haensel, Carolina Koseritz e Carlos Koseritz, Joaquim Pedro Salgado e Margarida Carlota Salgado, Miguelina Werna e Miguel de Werna, e, como esposa e marido, Honorina Castilhos e Júlio de Castilhos. Sabemos até então que se tratavam de jovens senhoras, em torno dos 20 anos, recém-casadas ou em vias disso⁸. Essas mulheres desempenharam os mesmos papéis que os homens na referida tarefa de convencer os senhores a aderirem ao movimento⁹, contudo tiveram seu papel político e protagonismo diminuídos, tanto nas fontes oficiais como na divulgação na imprensa¹⁰.

⁷ De acordo com Angela Alonso (2012, p.186), existiam basicamente três possibilidades para as mulheres de participarem do abolicionismo: por meio da filantropia, sendo artistas ou através do marido, pai ou irmão abolicionista.

⁸ Tais informações advêm de nossas pesquisas nas Habilitações de Casamento do Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCPA).

⁹ É possível encontrar divulgado na imprensa inúmeros casos em que as mulheres eram as proprietárias alforriando seus escravos, como o caso de Maria Sabina Barcellos e Guilhermina de Moraes que teriam libertado dois escravos (*A Federação*, 13 de agosto de 1884, p.2) e de Mathilde Barreto Pereira que concedeu a carta de liberdade a quatro escravos (*A Federação*, 12 de agosto de 1884, p.2).

¹⁰ Clare Midgley (1992) ao estudar as abolicionistas da Grã-Bretanha, salientou um formato para as fontes oficiais do abolicionismo similar ao que encontramos em Porto Alegre no que tange ao papel feminino, o que reforça o caráter transatlântico do movimento salientado no início do artigo. Segundo ela, algumas mulheres que pesquisou tinham laços familiares com os membros dos comitês abolicionistas, dessa forma foram

O relatório das ações das ditas comissões era publicado nas páginas dos jornais locais, onde descrevia-se ricamente as *festas* que já iam se constituindo no espaço público de Porto Alegre, à medida que cada rua ou distrito era considerado *livre* da escravidão. A cada rua ou quadra *libertada*, o povo respondia afixando cartazes com a frase: “Aqui não há mais escravos” (*A Federação*, Porto Alegre, 12 de agosto de 1884, p.1). Foram dias de muita festa na capital, “cidadãos de todas classes da sociedade, à frente das bandas de música e ao estrugir dos foguetes” percorriam as principais ruas da cidade, “soltando entusiásticos – vivas – à abolição, à província e aos libertadores” (*A Federação*, Porto Alegre, 13 de agosto de 1884, p.2). Ainda que os redatores apelassem para a participação popular na descrição dessas festas, devemos considerar que a ela ficava reservado o papel de plateia.

A última comissão a publicar seus feitos foi a do 3º distrito, uma vez que em 16 de agosto já tinha praticamente completado a missão. Segundo relatório enviado pelo presidente do Centro à *Federação* daquele dia, essa comissão teria encontrado 159 escravos, dos quais 134 ficaram libertos, “conforme a declaração dos respectivos senhores”, que prometeram entregar as cartas de liberdade no dia 7 de setembro. Esses acordos, embora verbais, foram suficientes para colocar o “povo em festas”. Na noite do dia 5 de agosto de 1884, as ruas da “leal e valorosa capital” foram tomadas pelo grande entusiasmo. Conforme descreveu *A Federação*, uma “enorme multidão” percorreu inúmeras ruas de Porto Alegre, fazendo paradas nas casas de Miguel Werna, do presidente da comissão Onofre da Fontoura e do líder republicano Júlio de Castilhos. Em frente às residências, vivas eram levantados e discursos proferidos pelos membros do Centro Abolicionista. Nessa ocasião, também podemos identificar não só a presença feminina, mas também novamente elas exercendo funções afins às masculinas na festividade abolicionista.

[...] o povo parou à frente da casa onde reside o presidente do Centro Abolicionista, o sr. Coronel Joaquim Pedro Salgado, e o sr. Torres Homem, correspondendo à saudação que aos abolicionistas ergueu uma interessante jovem, sintetizou os auxílios poderosos que à santa causa tem prestado o belo sexo

inscritas nos documentos como mães, esposas e filhas úteis e inspiradores, e não como ativistas por direito próprio (MIDGLEY, 1992, p.2)

da capital.

O povo aclamou com grande fervor as ilustres senhoras que da casa daquele cidadão levantavam saudações aos patriotas da abolição (*A Federação*, Porto Alegre, 16 de agosto de 1884, p.1).

Ao saudarem os membros do Centro Abolicionista, as senhoras mencionadas no texto faziam-se visíveis publicamente e conseqüentemente também reconhecidas socialmente. Certamente uma das senhoras que se encontrava na residência do presidente do Centro era Margarida Carlota Salgado, sua filha e integrante da comissão do 3º distrito¹¹. As outras possivelmente eram suas colegas de comissão: Miguelina Werna, Francisca de Menezes Lara e Julieta de Oliveira. Ainda na mesma edição, o jornal noticiava que naquela noite de comemorações, a “ilustre família do dr. Araponga do Amaral enlaçou no estandarte do Centro Abolicionista uma esplendida coroa de flores”, ato que o “povo aclamou vitoriosamente as “dignas representantes do belo sexo porto-alegrense” (*A Federação*, 16 de agosto de 1884, p.2). Apesar do evidente protagonismo feminino nas comemorações da libertação do 3º distrito, as ativas mulheres abolicionistas não foram identificadas nominalmente no periódico.

Estudando o abolicionismo mineiro, Fabiana Macena e Diva Muniz (2017) identificaram o mesmo anonimato na imprensa em relação às mulheres e à sua participação. Segundo as autoras, o protagonismo das ativistas da abolição era sequestrado pelos discursos androcêntricos da imprensa, de modo que o ocultamento de seus nomes era entendido como “proteção” da visibilidade pública e suas ações, apesar de elogiadas, tidas como “caridade” ou “benfeitoria” (MACENA, MUNIZ, 2017, p.48). Como veremos, para algumas atividades das festas abolicionistas as senhoras participantes eram identificadas nominalmente,

¹¹ Margarida Carlota Salgado foi batizada na Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Dores de Porto Alegre, em 14 de agosto de 1863. Nasceu no dia 22 de junho de 1863, sendo filha legítima de Joaquim Pedro Salgado e de Maria Carlota Abreu Salgado. Em meados de novembro de 1881, seu pai encaminhou ofício ao provisor do bispado informando que desejava casá-la com o Capitão José Cristino Pinheiro Bittencourt e, assim, solicitava a realização das denunciaçãoes. Não tendo encontrado impedimentos, em 21 de dezembro de 1881 a Igreja concedeu licença para que o matrimônio de Carlota e José Cristino ocorresse (AHCMPA – Ano: 1881, nº 233, caixa: 302, noivo: José Cristino Pinheiro Bittencourt, noiva: Margaria Carlota Salgado).

contudo, tratavam-se daquelas socialmente aceitas, tomadas como prolongamento das tarefas do lar e inerentes à *essência* feminina.

Rapidamente o Centro Abolicionista promoveu com suas comissões a *libertação* de Porto Alegre. Conforme o *Jornal do Comércio*, de 25 de agosto de 1884, a jornada toda teria se concluído em apenas 8 dias, e, o melhor: “sem gastar um ceutil com indenizações ao senhores de escravos”. Noticiava-se ainda, com o intuito de entusiasmar abolicionistas de outras partes da província: “Ide, de porta em porta, procurar os donos de cativos e implorar deles em nome da pátria, da humanidade e da justiça, que consintam na liberdade condicional ou completa dos seus escravos” (*Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 25 de agosto de 1884, p.1). Apesar de todos os louros conferidos às ações do Centro, o periodista deixou escapar que as tantas alforrias que vinham ocorrendo nem sempre previam liberdade completa. Ainda que os proprietários não cobrassem por elas, muitas eram condicionais, ou seja, dispunham de cláusulas de prestação de serviço de até 3 anos aos alforriados¹².

Naquela ata elaborada pelo próprio Centro Abolicionista, mencionada no início deste artigo, o trabalho das comissões é brevemente narrado, porém alguns nomes foram sendo indicados em caráter especial. Interessa-nos assinalar a única menção individual feita a uma integrante mulher das comissões, no caso Maria Jesuína Araponga Gay¹³ do 1º distrito. Os organizadores da versão da história oficial do abolicionismo porto-alegrense

¹²As alforrias concedidas nesta ocasião deram-se em suma com cláusulas de prestação de serviço. Era esta uma forma de indenizar os senhores e garantir que o negro continuasse trabalhando. Sobre estes contratos, ver: ARAÚJO, 2015; MOREIRA, 1990; ZUBARAN, 1998

¹³ Nasceu em São Gabriel, no dia 17 de fevereiro de 1866, filha legítima de Policarpo Antônio Araponga do Amaral e Amabilía Mena Barreto. O pai encaminhou ofício ao Provisor do Bispado em 12 de abril de 1882, dizendo que ia casá-la com Nemésio Gay e pediu a dispensa da apresentação da certidão de batismo do contraente, das três denúncias canônicas e que o casamento fosse celebrado de noite na Igreja Matriz da Madre de Deus onde eram paroquianos. (AHCMPA - Ano, 1882, nº 361, caixa 307, noivo: Nemésio Gay, noiva: Maria Jesuína Araponga). O casamento de Maria Jesuína e Nemésio ocorreu em 22 de abril de 1882, na Matriz de N. Sra. da Madre de Deus, às 19 horas, sendo padrinhos o Coronel José Simião de Oliveira e José Mena Barreto Araponga. (AHCMPA – Livro 8º de Casamentos da Paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, folha 93v.)

julgaram “digo de mencionar o ato” da “jovem senhora” que “aos seus esforços, secundando os da diretoria do Centro” deveu-se a “libertação da praça D. Pedro” (Câmara Municipal de Porto Alegre - Livro de Assuntos Diversos no. 10 - O Centro Abolicionista à Câmara Municipal - Porto Alegre em 07 de setembro de 1884). Ela era filha de Policarpo Antônio Araponga e casada com Nemézio Gay, eles não integravam nenhuma das comissões, mas, conforme o mesmo documento histórico, “adquiriram incontestáveis títulos à benemerência pública, pela sua coadjuvação a todos os trabalhos do Centro Abolicionista”.

Após o sucesso das Comissões Libertadoras, era o momento de encaminhar o abolicionismo porto-alegrense para seus dias finais, encerrando-o com inúmeros festejos pela cidade. Adiante será explorado o envolvimento das integrantes do Centro Abolicionista na organização de um dos eventos mais esperados das *festas pela abolição*: a quermesse abolicionista.

As mulheres do Centro Abolicionista na organização da quermesse

Os primeiros dias do mês de setembro do ano de 1884 foram marcados pela série de festividades que solenizaram a emancipação dos escravos de Porto Alegre em cerca de quatro anos antes da abolição nacional. Naquela reunião de 6 de agosto de 1884 do Centro Abolicionista, seus integrantes trataram de prever as atividades das *festas da abolição* e de designar uma específica tarefa à ala feminina da agremiação: a organização de uma quermesse na praça Dom Pedro II. As “exmas. Sras.” do Centro foram encarregadas de arrecadar todo tipo de donativo para ser vendido na ocasião, o produto arrecadado seria revertido na compra das últimas alforrias. Válido colocar, que a atuação nas comissões libertadoras e a organização dessa quermesse ocorreram de forma simultânea, tornando os meses de agosto e setembro bastante agitados para esse grupo de mulheres.

Assim como os trabalhos nas *comissões libertadoras*, os preparativos e as comemorações foram amplamente divulgados nas páginas da imprensa local, onde não foram poucos os elogios e as pompas ao feito e aos seus organizadores. A partir da imprensa é que pudemos nos aproximar sobre os desdobramentos das jovens senhoras para darem conta das responsabilidades que lhe foram

designadas, mesmo porque tais informações não constam naquelas fontes oficiais do abolicionismo que falávamos anteriormente.

As organizadoras empenharam-se em angariar todo tipo de objeto para ser vendido na quermesse. Conforme a descrição abaixo, enquanto algumas delas enviavam circulares às residências solicitando as doações, outras percorriam pessoalmente casa por casa:

A comissão de senhoras tomou a peito a ideia da quermesse, e é de vê-las no empenho em que se acham. ‘Sahe’ um cidadão à rua, a tratar dos seus deveres, e quando volta à casa, acha sobre a mesa duas ou três ou mais circulares, assim redigidas mais ou menos:

“Illm. Sr. – Tendo sido nomeada a comissão de senhoras, que tem de levar a efeito a quermesse em favor dos cativos, espero que v.s. não deixará de enviarme qualquer prenda para tão humanitário fim.”

Ou então:

“Tendo eu sido encarregada de dirigir uma das tendas da grande quermesse, ousou esperar que tão nobre fim que v.s. não deixará de concorrer com algum objeto ou esportula”.

No fim das circulares, a indicação da rua e casa para onde devem ser dirigidos os objetos vendidos.

Outras não escrevem. Vão em pessoas. Pedem objetos, pedem flores, pedem tudo. E o melhor é que não há resistência possível.

[...] O 7 de setembro aproxima-se; é preciso que este dia fique daqui em diante significando alguma coisa para nós mais do que a libertação do jugo colonial – o golpe de graça dado na instituição negra na capital da nossa província – o que implica um estímulo e um exemplo. E, para uma coincidência feliz nesta luta toda de virilidade, caiba à mulher, com as suas belas mãos delicadas, esse golpe salvador.

À quermesse! (*A Federação*, Porto Alegre, 18 de agosto de 1884, p.1)

Nas últimas linhas é possível observar o apelo à participação feminina e ao seu engajamento na campanha. Tais atividades abolicionistas permitiram um alastramento do espaço político de ação das mulheres, sendo isso muito bem visto pela sociedade de modo geral. Assim ocorria porque o envolvimento feminino no movimento era tomado como filantropia e caridade, de modo que se devia à generosidade e ao humanitarismo inerentes ao gênero, algo adequado às representações voltadas para as mulheres de elite. Conforme Diva Muniz e Fabiana Macena (2017, p.49) constataram ao analisar o abolicionismo mineiro, a presença ativa da mulher na luta pela abolição foi silenciada, tida apenas como uma alma “feita de luz e caridade”, um etéreo, fonte de bondade, assim, não foram representadas como mulher de carne e osso, mas como um ente a-histórico.

Devemos considerar que as mulheres brasileiras desenvolveram diferentes modos para participar do abolicionismo e que nem todos foram bem vistos socialmente. Existiram aquelas que foram além da luta pelo fim da escravidão, questionando os padrões de gênero e também desrespeitando-os. Organizar eventos, festas e quermesses eram atividades de cunho político-social, mas dentro dos limites da ordem patriarcal do período, porém, proferir discursos públicos e fazer palestras, por exemplo, significava em alguns casos ultrapassar a demarcação normativa de público e privado, excedendo aquilo que às mulheres era delimitado. Casos, por exemplo, de Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis, consideradas as primeiras mulheres a se manifestarem publicamente contra o sistema escravocrata e também tidas como as primeiras feministas, acabaram sofrendo com os julgamentos sociais.

Os preparativos e as comemorações para a aguardada *feira da abolição* foram amplamente divulgados nas páginas da imprensa local, onde não foram poucos os elogios e as pompas ao feito e aos seus organizadores. Cerca de uma semana antes, os jornais já anunciavam a programação, publicava-se que as festividades iniciariam na noite do dia 6 de setembro com um cortejo “formado de senhoras e cavalheiros, em carro e a cavalo, acompanhados de todas as bandas de música” da cidade, “com iluminação de fogos de bengala e de vistas” que percorreria as principais ruas e praças do centro da capital e se encerraria com a execução do hino na Câmara Municipal. Para o grande dia propriamente

dito, previa-se, então, o início da quermesse que duraria os três dias da festa (7, 8 e 9 de setembro) ao som da música de diversas bandas que se apresentariam na praça.

A organização das barruquinhas, sua colocação, armação, disposição e distribuição entre as senhoras das comissões foram previamente acordadas em reunião da comissão central da quermesse. As tendas receberam de suas responsáveis nomes de abolicionistas conhecidos nacional e localmente (*A Reforma*, Porto Alegre, 9 de outubro de 1884, p.2). Sophia Veloso¹⁴, por exemplo, inclusive mandou publicar na imprensa uma declaração na qual deliberou denominar sua tenda de *Luiz Gama*, com o dístico “Pela pátria e humanidade”. Na mesma ocasião, ela informou que, dada a impossibilidade de dispor de todos os objetos que dispunha para expor, “resolveu organizar uma rifa, cujos bilhetes, com a inscrição dos respectivos prêmios” seriam vendidos. (*A Federação*, Porto Alegre, 5 de setembro de 1884, p.3).

Este fato denota o caráter inventivo dessas senhoras frente a organização da quermesse, diversificando o evento com rifas, bem como a quantidade de objetos recebidos em doação para o mesmo. Não se pode esquecer, porém, que a maior parte dos produtos foram doados pelas elites, logo tratavam-se de produtos de fino trato. Todavia, a imprensa e aquelas fontes oficiais da abolição insistiram em qualificar o evento como algo popular.

Feitas todas diligências pelo Centro Abolicionista a fim de garantir o brilho do espetáculo, o início das comemorações finalmente havia chegado. No dia 9 de setembro, *A Federação* publicou uma ampla descrição das festas, então, já ocorridas. Conforme a folha republicana, na noite de 6 de setembro, às 21 horas, aglomerou-se uma enorme multidão na praça Senador Florêncio¹⁵ de

¹⁴ Em 1871 o irmão e tutor de Sophia, Antônio Paradedda requereu licença ao Juízo de Órfãos para casá-la com Francisco José Veloso. Após a autorização desse órgão, o noivo abriu o processo eclesiástico de habilitação matrimonial, solicitando dispensa da realização das denúncias e conseguindo a autorização para o matrimônio, em 23 de dezembro de 1871. (AHCMPA – Ano: 1875, nº 128, caixa: 285, noivo: Francisco José Veloso, noiva: Sofia Paradedda). A partir desses dados, podemos perceber que na época do abolicionismo, Sofia era órfã e já casada há bastante tempo.

¹⁵ A filha do Senador Florêncio era Clara de Abreu e Silva, integrante da Comissão Libertadora do 1º distrito e organizadora da quermesse. Clara era filha de Florêncio

onde partiram pelas principais ruas da cidade, atrás das *comissões libertadoras* do Centro Abolicionista até o paço da câmara municipal. Nesse local, à meia noite, “após os vivas levantados pelo sr. Presidente da província, foi executado a grande orquestra o hino nacional, cantando os solos as exmas. Sras. D. Amália Haensel¹⁶, Manoela Maciel, Adelaide Pereira e Carlota Sampaio.

Nos dias 7 e 8, a grande atração social cidadina na visão da imprensa foi a quermesse. Em ambos os dias, ela esteve cercada por uma multidão que se aglutinava e concorria na frente das tendas. A qualidade do evento foi devidamente atribuída às suas organizadoras, porém o cunho político de suas ações em nenhum momento foi evidenciado.

Todas as exmas. Sras. Capricharam nos adornos de suas barraquinhas, que apresentavam estranho espetáculo aos olhos desta população, sempre cheia de interesse no culto pelas grandes causas.

Todas as gentis representantes do sexo das graças serviram esplendidamente nobre causa que já tanto lhe devia.

[...] A 8 continuou a quermesse.

Como na véspera, a multidão apinhava-se por toda a parte.

O trânsito era difícilimo.

As exmas. Senhoras conseguiram vender grande número de bilhetes de rifa. (*A Federação*, Porto Alegre, 9 de setembro de 1884, p.1)

Nesse mesmo dia também ocorreu a leitura da última ata do Centro

Carlos de Abreu com D. Maria Borges de Abreu, nasceu em Porto Alegre, no dia 27 de junho de 1865, tendo sido batizada na Freguesia Madre de Deus. Em janeiro de 1885, Clara encaminhou ofício ao Provisor do Bispado solicitando o assento de seu batismo a fim de casar-se com João Pereira Machado Filho. Nessa época, seus pais já eram falecidos. (AHCMPA – Ano: 1885, nº 222, caixa: 316, noivo: João Pereira Machado Filho, noiva: Clara de Abreu e Silva).

¹⁶ Amália Haensel era integrante da Comissão Libertadora do 1º distrito e organizadora da quermesse. Ela era filha de Ernesta Hasslocher Haensel e Frederico Haensel. Faleceu aos 72 anos de idade, em 20 de Dezembro de 1936, em seu apartamento localizado em Porto Alegre. Amália foi casada com Jacinto Ferrari, falecido antes dela, com quem não teve filhos. Como não deixou testamento, as irmãs ficaram como herdeiras de seus bens, sendo uma delas, Otília, a inventariante de seus bens, com quem morou nos últimos anos de vida. (APERS - 1º Cartório do Civil e Comércio, auto 896, maço 22, inventariada Amália Haensel Ferrari, inventariante Otília Haensel Rahlke).

Abolicionista, a qual foi entregue à Câmara Municipal juntamente com o Livro de Atas dos trabalhos da confederação e sua bandeira. Ou seja, o Centro Abolicionista aproveitava o momento das festas – as quais organizara – para firmar seu protagonismo no movimento local através de símbolos e documentos que obscureceram a ativa e importante participação das integrantes da confederação e de demais setores populares.

Considerações finais

Ao longo do artigo foi possível conhecer um pouco mais sobre a atuação das mulheres porto-alegrenses integrantes do Centro Abolicionista nas festividades empreendidas por essa confederação em prol da emancipação dos escravos. Além disso, pode-se questionar a versão que os membros masculinos do Centro forjaram sobre o abolicionismo local, a partir de documentos oficiais – *Livro de Ouro* e *Livro de Atas do Centro Abolicionista* – e das festas da abolição, na qual eles são os únicos protagonistas. Suas esposas e filhas, dadas as questões de gênero, foram tão ativas quanto eles. Diferente das ações masculinas que eram encaradas como politizadas, as das mulheres, tanto nas comissões libertadoras como na organização da quermesse, eram reduzidas à generosidade e ao espírito humanitário. Descrever a atividade feminina na quermesse, por exemplo, comentando que as *gentis representantes do sexo das graças* tiveram *capricho* nos *adornos de suas barraquinhas*, certamente dá o tom de como aquelas parcerias das mulheres abolicionistas eram vistas pelos homens. O diminutivo – *barraquinhas* – é uma forma discursiva que parece enaltecer, mas na verdade reduz a importância daquelas ações a algo não-político, mas acessório ao movimento.

Nesse estudo nos dedicamos a apresentar apenas algumas das informações sobre as mulheres e o abolicionismo porto-alegrense, de modo que muitas lacunas ficaram abertas sobre tal temática. De qualquer modo, a historiografia sobre a participação feminina no movimento abolicionista ainda é muito rasa, por isso, seguir estudando essa questão em relação à Porto Alegre é de extrema importância tanto para a História do abolicionismo como para a História das mulheres.

Abreviaturas

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

AHPAMV – Arquivo Histórica de Porto Alegre Moisés Velhinho.

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Fontes

AHCMPA - Ano, 1882, nº 361, caixa 307, noivo: Nemésio Gay, noiva: Maria Jesuína Araponga

AHCMPA – Ano: 1875, nº 128, caixa: 285, noivo: Francisco José Veloso, noiva: Sofia Paradedá.

AHCMPA – Ano: 1881, nº 233, caixa: 302, noivo: José Cristino Pinheiro Bittencourt, noiva: Margaria Carlota Salgado.

AHCMPA – Ano: 1885, nº 222, caixa: 316, noivo: João Pereira Machado Filho, noiva: Clara de Abreu e Silva.

AHCMPA – Livro 8º de Casamentos da Paróquia da Madre de deus de Porto Alegre, folha 93v.

APERS - 1º Cartório do Civil e Comércio, auto 896, maço 22, inventariada Amália Haensel Ferrari, inventariante Otilia Haensel Rahlke.

Câmara Municipal de Porto Alegre - Livro de Assuntos Diversos no. 10 - O Centro Abolicionista à Câmara Municipal - Porto Alegre em 07 de setembro de 1884.

Jornais

A Federação, Porto Alegre, 12 de agosto de 1884, p.1.

A Federação, Porto Alegre, 13 de agosto de 1884, p.2.

A Federação, Porto Alegre, 16 de agosto de 1884, p.1 e 2.

A Federação, Porto Alegre, 18 de agosto de 1884, p.1.

A Federação, Porto Alegre, 5 de setembro de 1884, p.3.

A Federação, Porto Alegre, 9 de setembro de 1884, p.1.

A Reforma, Porto Alegre, 9 de outubro de 1884, p.2.

Jornal do Comércio, Porto Alegre, 25 de agosto de 1884, p.1

Mercantil, Porto Alegre, 29 de setembro de 83, p.1.

Referências

ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*, ano 13, n. 28, 2011.

_____. A teatralização da política. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.24, n.2, p. 2012, p.101-122.

ARAÚJO, Thiago de Leitão. Nem escravos, nem libertos: os contratos de prestação de serviços nos últimos anos da escravidão na província de São de Pedro. In: MACHADO, Maria Helena, CASTILHOS, Celso Thomas. *Tornando-se livre*. Agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 85-104.

ARMITAGE, David. Três conceitos de História Atlântica. Tradução Juliana Jardim de Oliveira. *História Unisinos*. Vol. 18, nº2, maio/agosto 2014, p.206-217.

AZEVEDO, Célia Marinho. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, v.30, p.151-162, Dez. 1996.

FREITAG, Liliane da Costa. Impressões de um dirigente: relatos e relatórios da Colônia Militar de Foz do Iguazu nos anos de 1897-1898. *Revista de História Regional*. 12(2): 191-224, Inverno, 2007, pp. 191-224.

FUENTE, Maria Jesús. Cruzando el umbral: mujeres em el proceso de paso del espacio privado al público. In: HUGUET, Montserrat; MARIN, Carmen González (editoras). *Género Y Espacio Público: nueve ensayos*. Madrid: Grupo Kóre de Estudios de Género, Universidad Carlos III de Madrid. 2008, p.80-102.

MACENA, Fabiana Francisca. MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Entre bailes, saraus e outras festas: protagonismo das mulheres no abolicionismo mineiro oitocentista. *Dimensões*. v.38, jan.-jun. 2017, p.47-68.

MIDGLEY, Clare. *Woman against anti-slavery*. London: Routledge, 1992.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem*. experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre: EST Edições, 2003

_____. Os contratados: uma forma de escravidão disfarçada. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, vol. 16, n. 1-2, 1990, p.211-224

PINTO, Ana Flavia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2014

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra. *Fênix* – Revista de História e Estudos Culturais, v. 06, n.3, ano. VI, p1-16, jul./ago./set. 2009.

_____. *Slaves and Contratados: the politics of freedom in Rio Grande do Sul, Brasil, 1865-1888*. Tese (Doutorado). State University os New York at Stony Brook, New York, 1998.

Abstract: This article intends to question the official memory of the abolitionism of Porto Alegre in the *Abolitionist Center's Book of Minutes* and in the *Book of Gold*, in which men of the political and economic elite have placed themselves as the sole protagonists of the emancipation of the slaves. In this way, the objective is to describe and discuss women's action in the *liberating commissions* of the Abolitionist Center and in organizing a quest for the *abolition feasts*, from these official sources and the press, but problematizing their logic, placing women also in the center these processes. These young ladies, often daughters and wives of members of the Abolitionist Center, observing gender issues, were as active as they were in the movement. However, unlike the male actions that were viewed as politicized, theirs were reduced to generosity, a humanitarian spirit, and a consensual presence.

Key words: Women; Abolitionist Center; Abolitionism.
